

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.276 - ES (2019/0302310-4)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO
ADVOGADOS : GUSTAVO COSTA LOPES - MG076552
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO
PACIENTE : J DA S S (INTERNADO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Trata-se de pedido liminar, deduzido em sede de **habeas corpus**, impetrado em favor de **J. da S. S.**, contra **decisão** proferida por em. Des. do **Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo**.

Depreende-se dos autos que o paciente foi representado pela prática de ato infracional equiparado ao delito de tentativa de homicídio e porte ilegal de arma de fogo. A representação foi julgada procedente, sendo aplicado ao adolescente a medida socioeducativa de internação.

Após o cumprimento de um ano, um mês e dez dias de internação, o juízo determinou a progressão da MSE de internação, para liberdade assistida.

Irresignada, a acusação interpôs agravo de instrumento ao Tribunal de origem, que deu provimento ao recurso, e restabeleceu a medida de internação ao paciente.

No presente **writ**, o impetrante aduz que: *"Sem sombra de dúvidas que a decisão da Colenda Câmara violou a Lei Federal reitora da matéria: a brevidade já não se faz presente, eis que o menor se encontra recolhido há mais de ano; e a justificativa para a manutenção da medida é em decorrência da gravidade da conduta, tudo em desacordo com art. 42, § 2º, SINASE e o art. 121 da Lei 8.069/90. Não se pode deixar de frisar que há manifestação da*

Superior Tribunal de Justiça

equipe técnica opinando pela progressão, conclusão esta que foi desprezada pela decisão colegiada. É certo que a existência de parecer técnico não vincula o julgador, o qual tem a liberdade do livre convencimento para decidir pela continuidade da medida de internação. Ocorre que, no caso em apreço, o acórdão refutou o parecer técnico não mediante fundamentos idôneos e pertinentes ao regime de execução de medida socioeducativa, e sim em argumentos que pertencem à gravidade e tempo da conduta, o que não se admite seja mantido [...]."

Requer, ao final, a concessão da liminar, para suspender os efeitos do acórdão, até o julgamento definitivo deste **writ** (fls. 3-13).

É o breve relatório.

Decido.

O col. Pretório Excelso firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** substitutivo ante a previsão legal de cabimento de recurso pertinente. As Turmas que integram a Terceira Seção desta Corte alinharam-se a esta dicção, e, desse modo, também passaram a repudiar a utilização desmedida do **writ** substitutivo em detrimento do recurso adequado.

Portanto, não se admite mais a utilização de **habeas corpus** substitutivo quando cabível o recurso próprio, situação que implica o não conhecimento da impetração. **Entretanto**, no caso de flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, a jurisprudência recomenda a concessão da ordem de ofício.

Compulsando os autos, denota-se que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, não restando configurada, **de plano**, flagrante ilegalidade, a ensejar o deferimento da medida de urgência.

In casu, o Tribunal de origem bem fundamentou o restabelecimento da medida socioeducativa de internação, *"visto que, de fato, trata-se de situação excepcional, com reiteração de atos infracionais, muitos de natureza grave, inclusive homicídio, bem como pelo fatò do exíguo prazo*

Superior Tribunal de Justiça

entre os dois relatórios da equipe técnica multidisciplinar que tiveram resultados antagônicos."

Assim, nos limites da cognição **in limine**, ausentes os indícios para a configuração do **fumus boni iuris**, a **quaestio** deverá ser apreciada, após uma verificação mais detalhada dos dados constantes dos autos.

Denego, pois, a liminar.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade tida por coatora.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator